



A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA DIANTE DO DIAGNÓSTICO DO TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA) E O PAPEL DA ESCOLA NA MEDIAÇÃO DO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO E INCLUSÃO DO ALUNO

THE IMPORTANCE OF THE FAMILY IN THE FACE OF THE DIAGNOSIS
OF AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD) AND THE ROLE OF THE SCHOOL IN
MEDIATING THE PROCESS OF STRUCTURING AND INCLUSION OF THE
STUDENT

LA IMPORTANCIA DE LA FAMILIA ANTE EL DIAGNÓSTICO DEL
TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA) Y EL ROL DE LA ESCUELA EN
LA MEDIACIÓN DEL PROCESO DE ESTRUCTURACIÓN E INCLUSIÓN DEL
ALUMNO

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo compreender o papel da escola na mediação da inclusão do aluno com diagnóstico de Transtorno de Espectro Autista (TEA) e os impactos nas relações familiares, educacionais e no processo de socialização e o desenvolvimento das habilidades dos alunos. Embora muitos estudos enfoquem o processo de inclusão de alunos diagnosticados com TEA, tais estudos muitas vezes focam apenas processos pedagógicos dentro do ambiente escolar, não compreendendo o processo de inclusão em uma visão mais abrangente. A inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais apresenta-se como um processo complexo envolvendo a escola, a família e a comunidade e precisa ser discutido principalmente com o foco no impacto que o diagnóstico causa nas relações familiares e que são determinantes para a efetiva participação e aderência no processo de inclusão junto a escola, procurando sanar as dificuldades e desenvolver as habilidades de cada aluno. Neste sentido, é preciso compreender a dimensão do impacto na família sofrida com o diagnóstico e quais os caminhos que a escola pode seguir para auxiliar uma estruturação que possa beneficiar o processo de inclusão e o desenvolvimento global do aluno. A metodologia utilizada no estudo foi bibliográfica através de pesquisa em base de dados como Scielo e Google Acadêmico, bem como, também literatura na área da Educação Especial e Inclusão Escolar que embasaram o trabalho. Através do estudo foi possível perceber que a interação entre a família e a escola é essencial para que se possa pensar em um processo de inclusão que atenda de forma mais ampla as necessidades do aluno e o desenvolvimento de suas habilidades.

Palavras-chave: Inclusão. Transtorno do Espectro Autista. Família. Escola. Educação Especial.





Abstract

This study aims to understand the role of schools in mediating the inclusion of students diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ASD) and the impacts on family and educational relationships, as well as on the socialization process and development of students' skills. Although many studies focus on the inclusion process of students diagnosed with ASD, such studies often focus only on pedagogical processes within the school environment, failing to understand the inclusion process from a broader perspective. The inclusion of people with special educational needs is a complex process involving the school, the family and the community, and needs to be discussed mainly with a focus on the impact that the diagnosis has on family relationships, which are decisive for effective participation and adherence to the inclusion process at school, seeking to overcome difficulties and develop the skills of each student. In this sense, it is necessary to understand the extent of the impact on the family affected by the diagnosis and what paths the school can follow to assist in a structure that can benefit the inclusion process and the student's overall development. The methodology used in the study was bibliographical through research in databases such as Scielo and Google Scholar, as well as literature in the area of Special Education and School Inclusion that supported the work. Through the study, it was possible to perceive that the interaction between the family and the school is essential in order to think about an inclusion process that meets the student's needs and the development of their skills in a broader

Keywords: Keywords: Inclusion. Autism Spectrum Disorder. Family. School. Special Education.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo comprender el papel de la escuela en la mediación de la inclusión de estudiantes diagnosticados con Trastorno del Espectro Autista (TEA) y los impactos en las relaciones familiares y educativas y en el proceso de socialización y el desarrollo de habilidades de los estudiantes. Aunque muchos estudios se centran en el proceso de inclusión de estudiantes diagnosticados con TEA, dichos estudios a menudo se centran únicamente en los procesos pedagógicos dentro del entorno escolar, sin lograr comprender el proceso de inclusión desde una perspectiva más integral. La inclusión de las personas con necesidades educativas especiales es un proceso complejo que involucra a la escuela, la familia y la comunidad y necesita ser discutido principalmente con un enfoque en el impacto que el diagnóstico tiene en las relaciones familiares y que son determinantes para la efectiva participación y adherencia al proceso de inclusión en la escuela, buscando superar las dificultades y desarrollar las habilidades de cada estudiante. En este sentido, es necesario comprender el alcance del impacto en la familia afectada por el diagnóstico y qué caminos puede seguir la escuela para coadyuvar a una estructura que pueda beneficiar el proceso de inclusión y el desarrollo integral del estudiante. La metodología utilizada en el estudio fue bibliográfica a través de investigación en bases de datos como Scielo y Google Académico, así como literatura en el área de Educación Especial e Inclusión Escolar que apoyó el trabajo. A través del estudio, fue posible evidenciar que la interacción entre la familia y la escuela es fundamental para pensar en un proceso de inclusión que atienda más ampliamente a las necesidades del estudiante y al desarrollo de sus habilidades.

Palabras clave: Inclusión. Trastorno del espectro autista. Familia. Escuela. Educación Especial.





1 Introdução

Temos vivenciado um grande aumento de casos de Transtorno de Espectro Autista (TEA) no contexto escolar e esse fenômeno tem chamado muita atenção dos estudiosos no campo da educação, psicologia e psicopedagogia no sentido de compreender o impacto nos processos educacionais, aprendizagem e sociabilidade.

Neste sentido, é primordial analisarmos os fatores que contribuem para este aumento de casos e a necessidade de dedicarmos um olhar mais focado no papel da escola na intermediação dos processos familiares e a inclusão do aluno no contexto escolar e social.

Carvalho (1997), é bastante enfático em salientar que embora a discussão sobre inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais seja recente, as diversas formas de deficiência não são um fenômeno moderno, porém, é importante destacar a mudança na perspectiva da atuação destas na nossa sociedade.

Ultimamente vêm-se discutindo o processo de inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais na sociedade e na vida escolar. Há não muito tempo, essas pessoas que "fugiam do padrão comum" viviam segregadas da vida social, eram tidas como anormais, sem nenhuma capacidade intelectual, espiritual, física, psíquica, etc. Eram rotuladas como incapazes de terem uma vida saudável e comum ao meio de todos. "As deficiências não são fenômenos dos nossos dias. Sempre existiram e existirão" (CARVALHO, 1997 p.36).

Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo compreender o papel da escola na mediação da inclusão do aluno com diagnóstico de Transtorno de Espectro Autista (TEA) e os impactos nas relações familiares, educacionais e no processo de socialização e o desenvolvimento de suas habilidades.

Embora muitos estudos sobre o processo de inclusão de alunos diagnosticados com TEA tenham como foco apenas processos pedagógicos dentro do ambiente escolar, é preciso compreender que os impactos vão muito além do contexto escolar e não podem ser pensados apenas dentro do diagnóstico estabelecido.

Uma grande parcela de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e de socialização muitas vezes não possuem um diagnóstico e são taxados apenas como incapazes ou desinteressados, trazendo a escola a grande missão de detectar essas situações e auxiliar os pais a buscarem uma avaliação neurológica, psiquiátrica e neuropsicológica que possa identificar fatores que contribuem para essa condição.





DOI:

A inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais apresenta-se como um processo complexo envolvendo a escola, a família e a comunidade e precisa ser discutido principalmente com o foco no impacto que o diagnóstico causa nas relações familiares e que são determinantes para a efetiva participação e aderência no processo de inclusão junto a escola, procurando sanar as dificuldades e desenvolver as habilidades de cada aluno.

A necessidade de compreender a dimensão do impacto na família sofrida com o diagnóstico e quais os caminhos que a escola pode seguir para auxiliar uma estruturação que possa beneficiar o processo de inclusão e o desenvolvimento global do aluno fomentou este estudo na medida em que a vivência no ambiente escolar proporcionou observar situações em que a condução psicopedagógica e a avaliação clínica ainda hoje sofre muita resistência por parte dos pais e que estes apresentam uma insegurança nos caminhos a serem trilhados a partir de um diagnóstico de TEA.

A presente pesquisa é cunho bibliográfico através da utilização de pesquisa em base de dados como Scielo e Google Acadêmico, bem como também literatura na área da Educação Especial e Inclusão Escolar que embasaram o trabalho, apresentando no decorrer dele uma breve abordagem sobre as definições e contextualização do Transtorno de Espectro Autista, bem como as abordagens psicopedagógicas utilizadas em estudos anteriores para buscar um processo mais amplo de inclusão do aluno tanto no âmbito escolar como social e a interação entre escola família que sustentam este processo.

Por fim serão apresentadas as conclusões oriundas da análise dos diversos materiais de estudo e como estes estudos se encaixam na realidade de nossas escolas e aplicabilidades no contexto pedagógico.

Transtorno de Espectro Autista (TEA) e o papel da família e escola no processo de inclusão.

A denominação Transtorno de Espectro Autista –TEA é bastante recente sendo descrito apenas em 2013 no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5 (referência mundial de critérios para diagnósticos), abrigando assim as subcategorias de autismo descrito em edições anteriores em um único espectro, dividido em níveis de gravidade.

Neste sentido, os indivíduos passam a ser diagnosticados em um único espectro com diferentes níveis de gravidade, englobando a Síndrome de Asperger e os Transtornos Desintegrativos da Infância, considerando primordialmente dois critérios: as deficiências sociais e de comunicação e a presença de comportamentos repetitivos e estereotipados.





DOI:

Considerando que os portadores de TEA podem apresentar “déficit na comunicação social ou interação social (como nas linguagens verbal ou não verbal e na reciprocidade socioemocional) e padrões restritos e repetitivos de comportamento, como movimentos contínuos, interesses fixos e hipo ou hipersensibilidade a estímulos sensoriais” (DSM5 ,2013 p.), podendo apresentar estas dificuldades de forma particular com maior ou menor grau, porém apresentam grande impacto nos processos de socialização e de aprendizagem.

O diagnóstico do TEA ainda é conhecido como um transtorno infantil tendo em vista que seus efeitos começam a ser observados à medida que o indivíduo amplia sua malha de socialização, e principalmente ao adentrar ao sistema educacional onde as dificuldades ficam mais gritantes e que muitas vezes ensejam um diagnóstico, muito embora as dificuldades perdurem por todas as etapas da vida.

O Transtorno de Espectro Autista reúne desordens do desenvolvimento neurológico que podem ser observados desde o nascimento ou começo da infância nomeados como Autismo Infantil Precoce, Autismo Infantil, Autismo de Kanner, Autismo de Alto Funcionamento, Autismo Atípico, Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação, Transtorno Desintegrativo da Infância e a Síndrome de Asperger.

Embora as causas do TEA não sejam totalmente conhecidas os diversos estudos realizados em grandes instituições de pesquisa ao redor do mundo sempre tentam focar em uma predisposição genética, na ocorrência de mutações espontâneas que são passadas hereditariamente de pais para filhos, porém esta vertente explica apenas a possibilidade do transtorno. Os fatores ambientais que impactam o feto durante a gestação como estresse, infecções, exposição a substâncias tóxicas, complicações durante a gravidez e desequilíbrios metabólicos seriam igualmente relevantes para a possibilidade de aparecimento do distúrbio.

O Transtorno de Espectro Autista traz diferenças particulares na apresentação dos comportamentos e são categorizados pelo DSM 5 (2013) conforme sua intensidade e capacidade funcional dos indivíduos para as ações necessárias para a manutenção mínima de desenvolvimento pessoal e social, sendo descritos como segue:

-Alta funcionalidade apresenta prejuízos leves, que podem não a impedir de estudar, trabalhar e se relacionar. Um portador de **-Média funcionalidade** tem um menor grau de independência e necessita de algum auxílio para desempenhar funções cotidianas, como tomar banho ou preparar a sua refeição. Já o paciente de **-Baixa funcionalidade** vai manifestar dificuldades graves e costuma precisar de apoio especializado ao longo da vida. (DSM 5, 2013 p.50-58)

Neste sentido, considerando as variabilidades das dificuldades apresentadas se faz necessário uma gama de abordagens no campo da educação, estruturação familiar e socialização





DOI:

para que se possa identificar as limitações e promover o desenvolvimento das habilidades no sentido de atribuir cada vez mais funcionalidade ao indivíduo.

Considerando que o Transtorno de Espectro Autista se apresenta pelas dificuldades de exercer as habilidades sociais e cognitivas em diferentes níveis, ainda hoje é envolto em diversas crenças e preconceitos que devem ser enfrentados pela família e pela escola na busca de tornar este indivíduo parte da sociedade e ente ativo da construção da sua história, diferentemente do ocorria no passado, como pontua Carvalho (1997).

Há muitos séculos era comum termos essas pessoas com deficiências trabalhando como bufões de reis, palhaços em circo, enfim eram motivos de chacota e graça para os "normais"; eram tidos como monstros, demônios, aberrações da natureza. As famílias que tinham filhos com alguma necessidade especial eram mal vistas na sociedade, tinham em suas mentes que o fato de terem um filho fora do padrão estipulado, pudesse ser um castigo de Deus ou dos deuses. E quando não eram mortas assim que nasciam simplesmente viviam escondidas, não podendo ver a cor do sol. Frequentar uma unidade escolar então era quase que impossível. "Quanto aos filhos de sujeitos sem valor e aos que foram mal constituídos de nascença, as autoridades os esconderam, como convém, num lugar secreto que não deve ser divulgado", (PLATÃO apud CARVALHO, 1997 p.14)

O autor ainda salienta que a família no decorrer da história sempre figurou como mecanismo de proteção social, reservando por muito tempo o convívio dos indivíduos com necessidades especiais apenas ao contexto familiar

Embora atualmente estes conceitos tenham mudado, ainda podemos encontrar muitos estudos que enfocam as dificuldades de inserção das pessoas com deficiência em diversas esferas da sociedade, e neste ponto, incluímos de maneira bastante relevante os portadores de Transtornos de Espectro Autista, uma vez que suas limitações em habilidades sociais e de fala podem acarretar uma grande dificuldade de inclusão.

Neste sentido a escola representa outro pólo relevante no processo de inclusão, sendo que a inserção do indivíduo no sistema educacional traz uma gama de novas situações e concepções que deverão ser trabalhadas, conforme salientam Castro & Regattieri (2009) na fala abaixo:

Assim, sempre que a escola se perguntar o que fazer para apoiar os professores na relação com os alunos, provavelmente surgirá a necessidade de alguma interação com as famílias. Nesta corrente, cabe aos sistemas de ensino o estabelecimento de programas e políticas que ajudem as escolas a interagir com as famílias, apoiando assim o processo desenvolvido pelos professores junto aos alunos (CASTRO; REGATTIERI, 2009, p. 15).

A interação entre a escola e a família se mostra uma combinação essencial para se obter resultados positivos no processo de inclusão, porém como salienta Aranha (2004), muitas vezes a família se torna dependente da escola em função dos conhecimentos que esta dispõe,





DOI:

ocasionando assim “ historicamente, numa posição de dependência de profissionais em diferentes áreas do conhecimento, no sentido de receberem orientações de como proceder em relação às necessidades especiais de seus filhos”(ARANHA, 2004 p.7).

O autor salienta que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva requer mudanças conceituais e práticas sobre a perspectiva da deficiência, suas limitações e habilidades, para que todos os alunos possam ter uma condição de desenvolvimento saudável através da atuação dos profissionais especializados e o acolhimento da família dentro deste processo enquanto parte ativa desta construção.

Fiamenghi e Messa (2007), apontam que o apoio aos familiares, por meio de espaços de escuta e acolhimento, a identificação das particularidades de cada família contribui sobremaneira para uma melhor adaptação ao grupo, recebendo assim orientações direcionadas às demandas que surgirão no processo de compreensão do transtorno e as possibilidades de atuarem como parte do processo de educação e desenvolvimento de seus filhos.

Uma abordagem que trabalha a importância da relação entre escola e família no processo de inclusão é a da transição ecológica, proposta por Bronfenbrenner que envolve três sistemas essenciais ao desenvolvimento da escola, os quais a família, a escola e o ambiente externo a estes, propiciam a significação através do apoio e acolhimento.

Bronfenbrenner (1996), aponta que a influência dos “aspectos culturais, como crenças, valores, atitudes e oportunidades, que podem facilitar ou mesmo dificultar a evolução da pessoa” (BRONFRENBRENNER, 1996, p. 308) e considera que os processos são os principais elos entre as características da pessoa e o contexto que origina uma série de estruturas encaixadas, diferenciadas em quatro níveis: micro, meso, exo e macrossistema.

Para esclarecer a dimensão dos quatro níveis descritos na teoria da transição ecológica podemos elencar a fala de Marcondes & Sigolo (2012) abaixo:

O nível mais interno é o chamado microssistema, o qual pode ser a casa, a sala de aula, a igreja. O segundo nível é o mesossistema, caracterizado pelas inter-conexões entre dois ou mais ambientes, nos quais o indivíduo tem participação ativa, caso da relação família-escola. O exossistema, o terceiro nível desse contexto, é definido como uma interconexão de vínculos entre ambiente imediato, onde o indivíduo participa ativamente, e outros ambientes dos quais não participa diretamente, mas que têm características que influenciam seu cotidiano. O último contexto, sendo o mais externo, é o macrossistema, definido como um sistema de ideias, valores, crenças e ideologias subjacentes à forma dos conteúdos do micro, meso e exossistema (MARCONDES; SIGOLO, 2012, p. 92)

Nesta perspectiva fica bastante claro a intrínseca intersecção dos diversos ambientes sociais que compõe o processo de inclusão, não podendo apenas ser observado de forma





DOI:

segmentada e para tanto trabalhada em comunhão entre a escola e a família que se apresentam como os principais pontos de apoio da criança, sendo assim a teoria de transição ecológica um processo orgânico e que propicia a integração mais ampla na sociedade.

Por sua vez, conforme nos traz Paniagua (2004), a perspectiva de trazer a família como parte do processo através dos modelos do usuário e de negociação são ferramentas bastante válidas para desenvolver um processo de parceria entre a família e os profissionais das diversas especialidades, tornando-os co-terapeutas e preservando o direito dos pais em participar da educação e desenvolvimento de seus filhos.

O sistema de usuário utiliza o protagonismo da família auxiliando os profissionais de cada área a adequação dos processos dentro das particularidades de cada indivíduo e estrutura familiar. Já o modelo de negociação prevê a ação do profissional em informar, apresentar as alternativas e auxiliar a compreensão dos processos através dos processos de escuta incorporando a capacidade de negociação no sentido de obter a adesão da família nos processos propostos.

Aiello (2002) reforça que a inclusão escolar requer inequivocamente a parceria família-escola, não limitando apenas à sala de aula, mas sim, à toda a estrutura e profissionais da escola, tendo em vista que tal parceria envolve uma gama de variáveis que influenciam diretamente na estruturação e manutenção de um relacionamento eficaz.

A autora destaca principalmente variáveis como nível social, econômico e educacional, padrão étnico, religioso e profissional, experiências anteriores dos pais com os profissionais e vice-versa, nível de habilidade de comunicação interpessoal de pais e professores, bem como valores, personalidade, expectativas e estímulos como as variáveis mais significativas e que precisam ser avaliadas de forma a estabelecerem uma relação que permita o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis para o desenvolvimento do aluno portador de TEA.

Segundo Souza (2015, p.43) “a colaboração entre família e escola, durante a escolarização dos filhos com deficiência é uma resposta às muitas necessidades educacionais”, pressupondo que a colaboração abrange o esforço coordenado e a confiança dos pais nos profissionais, através das informações periódicas, é fundamental para o diálogo e a efetividade do processo conforme ressalta (PANIAGUA, 2004).

Estudos como Lazzeri (2008; 2010), Vasques (2003) Baptista (2003), Gomes & Bosa (2004), Lago (2007), Serra (2008, 2010) e Magro (2008) trazem análise em diversas dimensões e áreas sobre o processo de inclusão escolar em áreas da psicologia, psicopedagogia e gestão escolar, porém o número de estudos que enfocam a participação da família e os impactos desta





DOI:

parceria ainda são escassos no país, sendo que fica bastante evidente a necessidade de uma visão mais ampla do processo de inclusão para que esta seja realmente benéfica aos portadores de TEA.

Um estudo de revisão bibliográfica realizado Maturana (Maturana et.al.,2015) sobre a produção científica de teses e dissertações sobre o processo de inclusão de portadores de deficiência intelectual no ensino regular com enfoque na percepção familiar resultou no encontro total de quatro produções (SILVEIRA, 2011; CAPELLINI, 2004; DALLABRIDA, 2006; LIMA, 2009, sendo), sendo que este levantamento “revelou uma percepção negativa a respeito da inclusão escolar de seus filhos”. (MATURANA et al. 2015, p. 355).

Neste sentido, estudos referentes aos modelos familiares são primordiais para compreendermos as intrincadas relações psíquicas e sociais do diagnóstico de TEA na perspectiva das famílias e dos mecanismos necessários para integrá-las no processo de inclusão, considerando que dimensão da exclusão não se restringe ao aluno, mas sim afeta toda a estrutura familiar deste.

O estudo realizado por Silva e Dessen (2014) objetivou investigar as relações familiares dentro dos subsistemas parental, conjugal e fraterno na perspectiva de mães, pais, irmãos e das próprias crianças com deficiência (auditiva, intelectual, física, múltipla ou visual) no sentido de compreender a dinâmica familiar a partir da deficiência, sendo que os dados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas separadamente com cada membro da família na própria residência destes.

Os dados coletados apresentaram um sistema de valores e crenças sobre as relações parentais como “o respeito aos pais”, “fazer de tudo para os filhos”, “a educação igual para todos” e “a independência dos filhos”, sendo também analisado o relacionamento conjugal, sendo que a maior parte estavam em relacionamentos duradouros e não houve a associação da deficiência como fator de rompimento das relações (apud SOUZA,2015 p.49).

Neste mesmo sentido, Fiamenghi-Junior e Messa (2007) buscaram discutir as pesquisas realizadas junto às famílias e o impacto que a deficiência tem na estruturação familiar, sendo que o referido estudo indicou que a existência de um filho com deficiência influencia diretamente a determinação de comportamentos e responsabilidades atribuídos aos papéis de pai e mãe e a interpelação dos demais membros da família neste contexto, enfocando a influência dos conceitos sociais, demonstram que o que entendemos como relações de parentalidade podem ser resignificadas considerando as particularidades que deficiência acrescenta a este contexto.





DOI:

Quando existe uma criança deficiente na família, esta não irá, necessariamente, causar transtornos familiares, mas a ocorrência destes dependerá de múltiplos fatores, desde as crenças dos pais até os recursos da família em lidar com a deficiência. Além disso, mostra que os pais desejam e merecem ser tratados de forma sensível pelos profissionais que atendem seus filhos (FIAMENGHI-JUNIOR; MESSA, 2007, p. 237).

Goitein e Cia (2011), trilham o mesmo caminho realizando um estudo da produção científica nacional sobre as relações familiares no processo de inclusão no período de 1999 a 2008 com enfoque nas implicações dessas relações no desenvolvimento das crianças com deficiência.

Destaca-se neste estudo as pesquisas realizadas por Erickson e Kurz-Riemer (1999), Guralnick (1998), William e Aiello (2004) enfocando a importância da participação ativa dos pais no trabalho de intervenção precoce; e os estudos de Dysson (1997); Falkenbach e cols. (2008) sobre a “necessidade de intervenções voltadas para a oferta de apoio social, pois as famílias necessitam de suporte social para manutenção do equilíbrio”. (SOUZA, 2015 p.49)

Goiten e Cia (2011) ressaltam fatores como os sentimentos de insegurança e incerteza, por parte dos pais, temendo que os filhos vivenciem preconceitos no processo de escolarização infantil, bem como também os aspectos quanto ao desenvolvimento pessoal, escolarização, independência financeira e relacionamentos amorosos na adolescência e vida adulta.

Segundo Christovam e Cia (2009), a troca de informações entre a escola e a família é fator preponderante no desempenho da criança, sendo este fator apontado na literatura “facilitadora e promotora de influências positivas” sendo imprescindível pensar os processos de inclusão atrelados a interação a escola, os professores e a família dados numa abordagem mais ampla que comporta uma gama de fatores diretamente ao desenvolvimento global da criança com deficiência.

CONCLUSÕES

No decorrer deste estudo foi possível compreender a complexidade que envolve um processo de inclusão em ensino regular de alunos com deficiência e principalmente portadores de TEA, uma vez que além das questões pedagógicas e estruturais é preciso vencer também a dificuldade de interação social e as dúvidas e incertezas que a família apresenta.

Quando se fala em inclusão em ensino regular, muitas questões permeiam este processo e, muito embora, em uma visão geral, a sociedade comprehende que este é um caminho necessário, famílias, escolas e profissionais de diversas áreas se concentram em discutir a efetividade deste processo e os benefícios que trarão aos alunos, considerando as particularidades decorrente da deficiência.





DOI:

Nos estudos citados no decorrer deste trabalho evidencia-se uma urgência em se ampliar os esforços da inclusão para além da legislação e políticas públicas, que têm extrema importância, mas que não conseguem abranger todas as dimensões que a educação inclusiva requer.

A necessidade de se compreender a deficiência e seus impactos no âmbito da família é imprescindível para que se consiga aliar pais inseguros da capacidade do sistema educacional em atender seus filhos e garantir que estes não sejam inferiorizados ou discriminados e de outro lado a escola, que mesmo possuindo um ferramental psicopedagógico, se vê incapaz de mobilizar os pais e torná-los parte do processo.

Neste sentido, precisamos também destacar a necessidade de romper diversas concepções sobre a própria deficiência e o processo de inclusão para que possamos pensá-los de forma mais ampla e propiciar aos pais acolhimento e acompanhamento profissional considerando o impacto que a deficiência causa a estrutura familiar tanto no campo do estabelecimento dos papéis familiares quanto no campo psíquico.

Em suma, concluímos que a temática ainda precisa ser debatida exaustivamente em diversas áreas para que se possamos encontrar caminhos que possibilitem que o processo de inclusão ocorra em uma via de mão dupla em que a escola se torne a extensão da casa na segurança e acolhimento e a casa se torne a extensão da escola no processo de estimulação e desafios.

REFERÊNCIAS

AIELLO, A. R. Família inclusiva. In: PALHARES, M. S. e MARTINS, S. C. T. (Orgs.)

Educação inclusiva. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

ARANHA, M. S. F. Educação inclusiva: a família. SEESP/MEC – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

. Educação inclusiva: transformação social ou retórica. In: OMOTE. S. (Org.). Inclusão: intenção e realidade. Marília: Fundep, p. 37-60, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de educação Básica. Resolução CNE/CNB no 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, 2001. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/resolucaoCNE.pdf. Acessado em: dez. 2019.





DOI:

BRONFENBRENNER, U. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. In; Souza, A. de P. Relação escola e família de alunos com deficiência intelectual: o ponto de vista dos familiares. Dissertação de Mestrado em Educação da UFGD, Dourados-MS, 2015. 97f. Disponível em meio digital no endereço <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOUTORADO-EDUCACAO/ANNYE%20DE%20PICOLI%20SOUZA.pdf>. Acesso em 20/01/2020.

CARVALHO, E. N. S. (Org.). Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: deficiência mental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 1997 (Atualidades pedagógicas, 3). Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002963.pdf> . Acesso em: 14 março de 2020.

CARVALHO, I. M. M.; ALMEIDA, P. H. Família e proteção social. São Paulo em Perspectiva, 17(2), p. 109-122, 2003. Disponível em meio digital no endereço <file:///C:/Users/Usuario/Desktop/a12v17n2.pdf> . Acesso em 20/01/2020

CASTRO, M.; REGATTIERI, M. Interação família-escola: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

CHRISTOVAM, A. C. C.; CIA, F. O envolvimento parental na visão de pais e professores de alunos com necessidades educacionais especiais. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 19, n.4, p. 563-582, 2013.

FIAMENGHI JR., G. A.; MESSA, A. A. Pais, filhos e deficiência: estudos sobre as relações familiares. Psicologia ciência e profissão, Brasília, v. 27, n. 2, p. 236-245, 2007.

GOITEIN, P. C.; CIA, F. Interações familiares de crianças com necessidades educacionais especiais: revisão da literatura nacional. Rev. ABPEE: SP. V. 15, n. 1,p. 43-51, 2011.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5/ [American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2014.

MARCONDES, H. B.; SIGOLO, S. R. R. L. Comunicação e Envolvimento: Possibilidades de Interconexões entre Família-escola? Paidéia. Jan-abr. vol. 22, n. 51, p. 91-99. 2012.





DOI:

MATURANA, A. P. P. M et. Al. Educação especial e a relação família-escola: análise da produção científica de teses e dissertações. Revista quadrimestral da ABPEE. SP, v. 19, n.2, p. 349-358, 2015.

MIOTO, R.C.T. A família como referência nas Políticas Públicas: dilemas e tendências. In: Família contemporânea e saúde: significados, práticas e políticas públicas. Rio de Janeiro:FIOCRUZ, 2010. p. 51-60.

OLIVEIRA, A.C. o papel da família no processo de inclusão escolar do aluno com transtorno do espectro autista. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão escolar – UNB/UAB. Brasília,2015 50p. Disponível em http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15065/1/2015_AAndreiaCosmeDeOliveira_tcc.pdf . Acesso em 08/03/2020.

PANIAGUA, G. As famílias de crianças com necessidades educativas especiais. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, p. 330-346, 2004.

SILVA, S. C.; DESSEN, M. A. Relações familiares na perspectiva de pais, irmãos e crianças com deficiência. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v. 20, n.3, p. 421-434, 2014.

SILVA, A. M., MENDES, E. G. Família de crianças com deficiência e profissionais: componentes da parceria colaborativa na escola. Revista Brasileira Educação Especial, Marília, v.14, n.2, p.217-234, 2008.

SOUZA, A. de P. Relação escola e família de alunos com deficiência intelectual: o ponto de vista dos familiares. Dissertação de Mestrado em Educação da UFGD, Dourados-MS, 2015. 97f. Disponível em meio digital no endereço <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOUTORADO-EDUCACAO/ANNYE%20DE%20PICOLI%20SOUZA.pdf> . Acesso em 20/01/2020.]

SZYMANSKI, H. Educação para família: uma proposta de trabalho preventivo. Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano. São Paulo. IV (I), p. 40-45, 1994.

TANNÚS-VALADÃO, G. Planejamento educacional individualizado na educação especial: propostas da Itália, França, Estados Unidos e Espanha. São Carlos: UFSCar, 2011.

Recebido em dezembro de 2024..
Aprovado em dezembro de 2024.





REVISTA CULTURA & EXTENSÃO UNEMAT



69

DOI:

Revisão gramatical realizada por: Luis Otávio Magalhães de Paulos
E-mail: luis.magalhaes.paulos@gmail.com.



REVISTA DE EXTENSÃO E CULTURA DA UNEMAT vol. 01, n.1, p.56-69,
ISSN 2448-2420 2024
<https://periodicos.unemat.br/index.php/rceu>